



Impresso Especial

9912258150/2010-DR/ES
Conselho Regional de
Medicina do Est. do ES
CORREIOS

Pela dignidade do médico

Decisão da Secretaria de Direito Econômico (SDE) que impede as entidades médicas de divulgar valores de consultas, portes e unidades de custo operacionais, bem como de promover paralisação coletiva contra planos de saúde, publicada no Diário Oficial da União, no dia 9 de maio, amordaça a liberdade de organização e de expressão no Brasil. Medidas jurídicas foram adotadas pelo Conselho de Medicina, que responderá – pelos meios legais – a essa agressão.

p. 5 a 8

Saúde pública

Conselho quer providências urgentes das vigilâncias sanitárias para garantir atendimento digno em unidades públicas de saúde

p. 3

Educação continuada

Programa de Educação Médica Continuada (PEC) passou a incluir, em sua programação, palestras para a comunidade

p. 4

Qualidade de vida

Debate realizado pela Rádio CBN Vitória discutiu educação e qualidade de vida, com participação do presidente do CRM-ES

p. 10 e 11



Já vimos esse filme antes...



Num passado não tão distante, decisões autoritárias e até mesmo repressivas eram comuns contra a população, principalmente contra os que se reuniam em defesa de seus direitos.

Entidades de classe e grupos políticos chegaram, inclusive, a ser perseguidos, sem falar em repressões mais severas que preferimos não relembrar.

Mas o fato é que uma decisão do governo federal, publicada no Diário Oficial da União, no último dia 9, deixou a classe médica perplexa, pela sua forma antidemocrática. Mas continuamos lutando pelos nossos direitos. (veja páginas 5 a 8).

Outro triste e lamentável filme, com impressionantes cenas de pessoas atendidas em locais com baixíssimas condições sanitárias e “internadas” em cadeiras e em corredores de hospitais, insiste em habitar o nosso cotidiano.

Se fosse ficção, diríamos que era exagero do autor ou do próprio cineasta para prender a atenção do público com imagens

tão marcantes. Mas, infelizmente, é a realidade brasileira e, conseqüentemente, o cotidiano do capixaba que depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse filme está em exibição há anos e, apesar de todas as críticas e manifestações públicas, permanece insistentemente em cartaz. Por quanto tempo? Essa é uma pergunta que não quer calar e que não sabemos responder.

No entanto, manter-se omissos a essa triste realidade também não faz parte da nossa história. Por isso, mais uma vez, o CRM-ES denuncia e se manifesta contra essa calamidade pública. Mostramos alternativas e exigimos soluções. É o que nos compete, tanto ética quanto juridicamente, fazer.

Mas, desta vez, resolvemos gritar um pouco mais alto para ver se, assim, conseguimos ser ouvidos e atendidos. O Departamento de Fiscalização do Conselho fez um levantamento das vistorias realizadas nas unidades públicas de saúde municipais e estaduais, resultando em um robusto relatório sobre as condições físicas e sanitárias desses estabelecimentos. O destino desse documento consta na página 3 deste jornal.

Além desses importantes assuntos, outros temas igualmente relevantes constam desta publicação, como o Fórum Nacional de Emergências Médicas, que será realizado em Vitória, os cursos do Programa de Educação Médica Continuada (PEC), os resultados da mobilização da classe médica no dia 7 de abril em todo o País, dentre outros.

Por fim, trazemos na última página do nosso jornal um assunto relaxante. É um incentivo para o médico buscar, em suas horas vagas, momentos de pleno lazer. Afinal, merecemos. Boa leitura!

Adenilton Pedro Cruzeiro
Primeiro Tesoureiro do CRM-ES

Publicação oficial do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo

CRM-ES

Rua Professora Emilia Franklin Mululo, 228,
Bento Ferreira, Vitória-ES. CEP 29.050-730
Telefax (27) 2122-0100 / www.crm-es.org.br

Presidente: Aloizio Faria de Souza

Oswaldo Luiz Pavan Junior (Vice-Presidente) • Severino Dantas Filho (Secretário-Geral) • Hiram Augusto Nogueira (1.º Secretário) • Luis Claudio Limongi Horta (2.º Secretário) • Adenilton Pedro Cruzeiro (Tesoureiro) • Fernando Ronchi (2.º Tesoureiro) • Delson de Carvalho Soares (Subcorregedor) • Jorge Luiz Kriger (Diretor de Informática) • Roberto Gomes (Vice-Diretor de Informática) • Suely Ferreira Rabello (Ouvidora).

Conselheiros efetivos: Álvaro Lopes Vereno Filho, Aron

Stephen Souza, Eurico de Aguiar Schmidt, Hélio Barroso dos Reis, Jones Pavan, Marcelo Almeida Guezert, Thales Gouveia Limeira, Vera Lúcia Ferreira Vieira.

Conselheiros suplentes: Adriano Carlos de Souza

Oliveira, Aloysio Abdo Campos, Antônio Carlos Paula de Resende, Arnaldo Ferreira Filho, Carlos Marconi Pazolini, Dioscordes Marcelo de Almeida Campos, Ezequiel Appau Furtado de Souza, Henrique Marcondes Rocio Cerqueira Lima, João Cabas Neto, João Marçal Gonçalves Coelho, Marcos Antonio da Cunha Araújo, Marcus de Angeli Altoé, Maria Rufina Barros, Paulo Vicente de Stefano, Perácio Lora Soares, Rosane Ottoni Passos, Viviane Oliveira Lisboa Tacla.

DELEGACIAS SECCIONAIS

COLATINA

Presidente: Anette Murad de Oliveira

Delegados: Márcia Lyra Quintaes Galvão Soares, Fernando Antônio de Oliveira Rua, Edson Domingos Margotto, Reynaldo Augusto Damm Junior, Antônio Luiz Lazzari, Sandra Helena Pereira, Anna Selma Perini Fiorot Dell'Santo.

LINHARES

Presidente: Jobson Bortot

Delegados: Arthur Luiz Magnago Heleodoro, Joel Anselmo Giuberti, Carlos Jacques Mazzei Ferreira, Ricardo Silva Nicoletti, Roberto Siqueira Motta, Max Anderson Prezotti, Lucinda Medeiros Alvim, Soo Yang Lee, Sérgio Roberto Peres Sales.

SÃO MATEUS

Presidente: Luiz Fernando Mendonça de Oliveira

Delegados: André Ideraldo Andreazi Goltara, Mônica de Mônico Megalhães, José Eduardo Pavan, Nilton Sodré Fundão, Ronaldo José Thomazini, Mozart Moreira Hemerly, Rafaela Figueira Caetano Azevedo, Maria Cristina Bordoni Silva, Jorge Luis Mendes.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Presidente: João Carlos Serafim

Delegados: Agliberto Baliano Careta, Fabíola de Freitas Moraes, Sebastião Casotti Vidaurre, Antonio Nassu Júnior, Fernando Fittipaldi, Luiz Sérgio Ervatti, Newton Araújo Júnior Pedro, Scarpi Melhorim.

Jornal do CRM-ES

Jornalista responsável

Cileide Zanotti – MTb 463/89

Conselho Editorial

Adenilton Pedro Cruzeiro, Aloizio Faria de Souza, Hiram Augusto Nogueira, Severino Dantas Filho, Wesley Pinitente Fabiano.

Editoração Eletrônica e Projeto Gráfico

Comunicação Impressa

(27) 3229-0299 / 3319-9062

Impressão

Grafitusa – (27) 3434-2200

Vigilância Sanitária Cobrada

Conselho quer providências urgentes para garantir atendimento digno em unidades públicas

O CRM-ES está cobrando das vigilâncias sanitárias municipais e estadual providências urgentes para garantir atendimento digno nas unidades públicas existentes no Estado. Até o final da edição deste jornal, a assessoria Jurídica do Conselho estava preparando a notificação aos responsáveis pelas vigilâncias sanitárias exigindo providências urgentes. Cópia do documento será encaminhada ao Ministério Público do Espírito Santo (MPES) para conhecimento, acompanhamento e interferência, se necessário.

A notificação é fruto de levantamento feito pelo Departamento de Fiscalização do CRM-ES, que reuniu os relatórios de vistorias feitos nas unidades de saúde municipais e estaduais nos últimos anos e encaminhados às autoridades públicas apontando as deficiências e solicitando providências imediatas.

Constam desses relatórios as más condições de atendimento existentes nos pronto-atendimentos e nos hospitais Infantil e Maternidade Dr. Alzir Bernardino Alves (Imaba), no Infantil Nossa Senhora da Glória (HINSG), no Hospital da Polícia Militar (HPM), no Dório Silva e no Hospital Universitário Cassiano Antonio de Moraes (Hucam).

Segundo o presidente do CRM-ES, Aloizio Faria de Souza, o Conselho insiste que a população que depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS) receba o mesmo padrão de atenção e de tratamento que os usuários atendidos pela rede suplementar e particular de saúde. “É inaceitável que nas unidades públicas os pacientes convivam com infiltrações, com equipamentos danificados, com o mau acondicionamento de lixo e outras irregularidades sanitárias.”

Interdição ética

O descaso das autoridades sanitárias com o setor público deixa as unidades passíveis de uma interdição ética, como solicitou recentemente ao Conselho a Cooperativa dos Pediatras do Espírito Santo. Eles pediram interdição do Imaba, do HINSG, do HPM, do Hucam e do Hospital Dório Silva.

No entanto, o presidente do CRM-ES esclareceu à Cooperativa dos Pediatras que “a interdição ética é uma pena capital, porque a população carente, que depende exclusivamente do serviço público de saúde, seria a maior prejudicada, uma vez que teria cerce-

ado o direito de ser atendida nos hospitais interditados”.

Ele ressaltou, também, que “tal medida não pode ser decidida unilateralmente, pois requer a competente abertura de Procedimento Administrativo de Interdição Ética, devendo o corpo clínico de cada unidade deliberar sobre a interdição em assembleia a ser convocada pelo Conselho, o que será feito caso nossas notificações não sejam atendidas”.

Diante desse entendimento, o Conselho adotou a notificação às autoridades sanitárias, solicitando providências urgentes e pedindo apoio ao MPES. O presidente do CRM-ES também esclarece que pediu à Cooperativa dos Pediatras ajuda para encontrar uma solução de atendimento caso as unidades venham a ser interditadas.

“Entendo, também, que o momento é inadequado para uma interdição dessa magnitude. Fico preocupado com possíveis más interpretações da sociedade, já que os pediatras em questão estão negociando valores e contratos com o Governo do Estado”, finaliza Aloizio Faria de Souza.



Palestra para comunidade é incluída na programação do PEC

O Programa de Educação Médica Continuada (PEC) passou a incluir, em sua programação, palestras para a comunidade. Dessa forma, explica o coordenador do PEC, Severino Dantas Filho, os responsáveis pela programação nas cidades onde serão realizadas as palestras informam qual o tema de interesse local. A partir desse tema, uma palestra é montada e proferida para a comunidade.



Aula do PEC, em Castelo

Os dois cursos do PEC realizados neste ano, em março e em abril, já adotaram as palestras para a comunidade. O resultado, esclarece Severino Dantas Filho, foi muito proveitoso, com participação expressiva dos moradores e dos médicos. Os dois primeiros PECs do ano foram nas cidades de Castelo e de Afonso Cláudio, respectivamente.

No ano passado, além dos cursos e palestras para médicos, os conselheiros aproveitavam os dois dias de estada nas cidades do interior para visitar hospitais, postos de saúde e autoridades locais. O objetivo era identificar problemas e encontrar soluções.

Neste ano, além das atividades com a classe médica e com os gestores de saúde das cidades do interior do Estado, os conselheiros incluíram no roteiro as palestras com a comunidade. Os temas debatidos com a população, nas duas cidades, foram “Parto e Puerpério” e “Aleitamento Materno”.



Palestra para a comunidade, em Afonso Cláudio

A próxima visita do PEC será na cidade de Colatina. Os temas a serem debatidos com os médicos serão sempre das 18 h às 22 horas e podem ser conferidos no quadro abaixo. A palestra para a comunidade também abordará “Parto e Puerpério” e “Aleitamento Materno”. Na oportunidade, os conselheiros visitarão unidades de saúde da região.

PROGRAMAÇÃO

COLATINA

Data: 16 e 17 de junho

- ▶ Antibioterapia hospitalar – atualização
- ▶ Atendimento ao politraumatizado
- ▶ Dengue – atualização
- ▶ Auditoria médica
- ▶ Relação médico-paciente
- ▶ Asma brônquica na criança e no adulto

SÃO MATEUS

Data: 7 e 8 de julho

- ▶ Corticoterapia tópica: quando e como usar
- ▶ Implicações da hanseníase no norte do Espírito Santo: o que o médico da região deve saber
- ▶ Como abordar de forma correta a crise convulsiva em crianças
- ▶ Direito médico: o que podemos exigir?
- ▶ Andropausa
- ▶ Métodos diagnósticos em hemorragia uterina disfuncional

SÃO GABRIEL DA PALHA

Data: 25 e 26 de agosto

- ▶ Atendimento ao trauma no pronto-

socorro

- ▶ Doenças cardiovasculares
- ▶ Antibioticoterapia com enfoque na sepse
- ▶ Erro médico
- ▶ Urgências obstétricas
- ▶ Assistência ao recém-nato. Sala de parto e febre de etiologia obscura

LINHARES

Data: 22 e 23 de setembro

- ▶ Parada cardiorrespiratória
- ▶ Manejo e visão atualizada de hipertensão arterial
- ▶ Cefaléia no adulto
- ▶ Abordagem em pacientes drogados
- ▶ Propedêutica e tratamento na arteriosclerose
- ▶ Problemas oftalmológicos (reumatologia, neurologia e toxoplasmose)

MIMOSO DO SUL

Data: 27 e 28 outubro

- ▶ Urgências cardiológicas
- ▶ Ética médica
- ▶ Exercício da Medicina x Ministério Público
- ▶ Parto normal x cesariana (legislação)
- ▶ Abdômen agudo
- ▶ Atendimento médico - número de

consultas- Resolução 229/2010 do CRM-ES

MUNIZ FREIRE

Data: 17 e 18 de novembro

- ▶ Hanseníase na prática: diagnóstico, tratamento e reações
- ▶ Osteoartrite e osteoporose no idoso
- ▶ Doenças exantemáticas em crianças
- ▶ Saúde mental na prática - diagnóstico, tratamento, abordagem centrada na pessoa
- ▶ Febre reumática - Uso da bezetacil-indicações
- ▶ Diabetes Melitus

BARRA DE SÃO FRANCISCO

Data: 1.º e 2 de dezembro

- ▶ Suicídio e depressão
- ▶ Urgências cardiológicas
- ▶ Doença hipertensiva da gravidez
- ▶ Atualização em antibióticos
- ▶ Doenças infecciosas (dengue, leptospirose, hepatite) - epidemiologia, vacinação e tratamento.
- ▶ Rastreamento de câncer - aparelho digestivo



A Saúde em luto

Decisão da SDE impede entidades médicas de paralisar atendimento para reivindicar reajuste de honorários e de recomendar preços mínimos de consultas e procedimentos. Parece o tempo da Ditadura Militar

O respeito à Constituição Federal e as leis que fundamentam a cidadania e as liberdades de organização e de expressão no Brasil foi atropelado no dia 9 de maio pela Secretaria de Direito Econômico (SDE), com a publicação, no Diário Oficial da União, da decisão que impede os médicos – por meio de suas entidades representativas – de paralisarem o atendimento a pacientes e a planos de saúde, para reivindicar reajustes nos honorários, e de recomendar valores mínimos por consulta e a cobrança de taxas adicionais ao que os usuários já pagam às operadoras.

Segundo o Diretor Tesoureiro do CRM-ES, Adenilton Pedro Cruzeiro, os conselhos regionais, junto com o Conselho Federal, estão unidos e ainda mais fortalecidos em ações conjuntas para reverter essa situação. Cruzeiro representou o Espírito Santo na reunião do Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre as ações a serem adotadas contra essa medida da Secretaria. O presidente e o vice-presidente do CRM-ES, respectivamente, Aloizio Faria de Souza e Oswaldo Pavan Junior, estavam fora do Brasil participando de congressos médicos.

Ainda de acordo com Cruzeiro, essa atitude da SDE é muito injusta porque trata, inclusive, os médicos e os empresários de forma desproporcional. De um lado penaliza o movimento de profissionais da Medicina como um cartel. De outro, ignora a ação coordenada dos empresários. “Por isso, estamos de luto. Um luto pela Saúde, pela falta de respeito.”

Cruzeiro afirma que a categoria não vai se curvar a essa decisão arbitrária. “Já estamos respondendo à altura, por meios legais, a essa agressão gratuita que a classe

médica está sofrendo. O Conselho de Medicina está utilizando de suas competências legais em defesa da profissão. Acreditamos que a ética prevalecerá e fará com que as autoridades competentes percebam os equívocos cometidos e revoguem essa decisão.”

Decisão da SDE

A Nota Técnica que mostra as justificativas e a decisão da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, tem 89 páginas e pode ser acessada por meio do endereço <http://portal.mj.gov.br/sde>, clicando em Notícias e no texto “SDE adota medidas no setor de saúde suplementar”, publicada no dia 9 de maio.

Segundo a notícia, a medida adotada foi “para proteção da concorrência e dos direitos do consumidor no setor de saúde suplementar.” Por esse motivo, a Nota Técnica foi encaminhada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), recomendando a condenação do CFM, da Associação Médica Brasileira (AMB) e da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), por influenciar a categoria médica na adoção da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM).

A matéria publicada no Portal do Ministério da Justiça – Defesa da Concorrência, diz que “a secretaria não sugeriu a proibição da negociação coletiva, mas entende que a imposição da tabela desencadeou um movimento nacional de paralisações e descredenciamentos em massa no sentido de forçar o reajuste de honorários médicos.”

A conclusão da Nota Técnica é: “Em face de todo o exposto, conclui-se que as

provas constituídas no feito demonstram a caracterização indubitável das infrações contra a ordem econômica tipificadas no artigo 20, incisos I, II e IV c/c artigo 21, incisos II, X e XXIV, ambos da Lei nº. 8.884/94. Nesse passo, recomenda-se, na esteira do contido no artigo 39 da Lei de Defesa da Concorrência, o encaminhamento do feito ao CADE para julgamento, opinando-se pela condenação das Representadas nas penas previstas nos artigos 23 e 24 do mesmo diploma legal.”

Afronta inequívoca

No entendimento do Conselho de Medicina e de seus regionais, o processo administrativo instaurado pela Secretaria de Direito Econômico representa uma afronta inequívoca ao direito dos médicos e de todos os brasileiros de lutarem por melhores condições de trabalho e assistência num Estado moderno e democrático.

A decisão também privou os médicos da possibilidade de lutar pelo fim de práticas adotadas por operadoras de planos de saúde, que interferem na autonomia do profissional e, por consequência, impedem o acesso dos seus usuários a procedimentos necessários ao diagnóstico e ao tratamento.

Por fim, publicou o Conselho em uma nota à sociedade, esse processo abre precedentes sombrios e soa um alerta para a sociedade. “Se hoje o alvo da SDE são os médicos, em breve a artilharia pode se voltar para advogados, arquitetos, engenheiros, jornalistas, professores, metalúrgicos ou qualquer outra categoria que ouse lutar para que seus direitos e sua voz sejam ouvidos e respeitados.”

Reação do Conselho foi imediata

A notificação do processo administrativo da SDE contra as entidades médicas nacionais foi encaminhada do CFM por meio de fax, às 15h55, do último dia 9. Imediatamente, a Assessoria Jurídica do Conselho foi acionada para avaliar os argumentos apresentados e, com base nas conclusões, tomar as medidas jurídicas cabíveis dentro dos prazos legais.

Como primeira ação, a página do Conselho que concentrava informações sobre a relação entre médicos e operadoras de planos de saúde foi retirada do ar, em total cumprimento à determinação da Secretaria de Direito Econômico.

O processo administrativo instaurado pela SDE, além de impedir as entidades médicas nacionais de promover qualquer movimento de paralisação coletiva de

atendimentos aos beneficiários de planos de saúde, também proíbe a divulgação de valores de consultas, portes e Unidades de Custo Operacionais, ou quaisquer indexações que reflitam nos valores pagos pelas operadoras aos médicos.

Paralelamente, ações jurídicas foram adotadas e estão em curso. Os conselhos regionais, junto com o Conselho Federal, e as demais entidades médicas, tanto federais quanto estaduais, estão unidas e ainda mais fortalecidas na defesa da categoria.

As notícias a respeito das ações implantadas pelo Conselho e seus respectivos resultados estão sendo divulgadas à classe médica por meio dos sites das entidades, em reuniões e pelas mais diversas formas de comunicação.



Repercussão

Além das reações das entidades médicas, em todo o Brasil, contra a decisão da Secretaria de Direito Econômico (SDE) – o que pode ser constatado nos sites das entidades e nos comunicados divulgados à sociedade – outras manifestações repercutiram na classe médica. Veja abaixo:

Tribunal de exceção

Em entrevista concedida no dia seguinte à decisão da Secretaria de Direito Econômico (SDE), o presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Cid Carvalhaes, classificou como “um tribunal de exceção” a decisão da SDE de proibir os médicos de usar a tabela da categoria para cobrança de consultas e outros procedimentos para pacientes de planos de saúde.

Segundo entrevista publicada no dia 10 de maio, na Saúde Business Web, Carvalhaes disse que “a secretaria agride de maneira contundente a livre manifestação sindical. Impede o profissional de trabalhar para quem ele quer”.

Ele ressaltou que a SDE parece estar querendo ser superior à Constituição Federal, uma vez que a Carta Magna consagra o movimento sindical, e finaliza comentando que “a Secretaria começa a demonstrar a defesa dos interesses dos planos e seguros de saúde, o que mostra dissociação na realidade social para proteger o poder econômico”.





ANS admite que salários de médicos estão defasados

O diretor-presidente da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), Maurício Ceschin, reconheceu, na quarta-feira, 10, que há uma defasagem no valor pago pelos planos de saúde aos médicos.

Segundo ele, existe uma diferença que precisa ser resgatada em relação ao pagamento de honorários aos profissionais. E ressaltou que os salários médicos não têm sido reajustados da mesma forma como foram os insumos.

No entanto, de acordo com Ceschin o reajuste dos pagamentos dos médicos tem que ser discutido com cautela para que os custos não sejam repassados aos consumidores

Durante audiência pública na Câmara dos Deputados, ele anunciou que a ANS deve publicar nos próximos dias instrução normativa estabelecendo prazos máximos para atendimento dos usuários de planos de saúde. Essa decisão possibilitará que as operadoras se reestruturem, contratem novos médicos e negociem os valores pagos aos seus prestadores de serviço

No momento, médicos e planos de saúde travam uma batalha em torno do reajuste do valor dos honorários e dos procedimentos. Os médicos reclamam que os aumentos dos planos de saúde não têm sido repassados aos prestadores de serviço. Já as empresas garantem que têm elevado os pagamentos acima da inflação.

Ceschin encerrou dizendo que, será editada uma instrução normativa estabelecendo prazos máximos para que o usuário seja atendido. Essa medida tem o intuito de evitar que o consumidor seja punido por essa briga.

Texto publicado por Saúde Business Web, com informações da Agência Brasil e Folha Press, no dia 11 de maio

LUTO PELA SAÚDE

CONSELHOS DE MEDICINA EM LUTO PELA SAÚDE

Diante da decisão arbitrária da Secretaria de Direito Econômico (SDE), que impede os médicos – por meio de suas entidades representativas – de expressarem sua opinião e pleitos com relação aos planos de saúde, o Conselho Federal de Medicina (CFM) e os Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) manifestam publicamente seu repúdio à medida com base nos seguintes argumentos:

- 1) O processo administrativo instaurado pela SDE representa uma afronta inequívoca ao direito dos médicos e de todos os brasileiros de lutarem por melhores condições de trabalho e assistência num Estado moderno e democrático, fazendo-nos regredir aos tempos da ditadura e da opressão;
- 2) A decisão da SDE também tirou dos médicos a possibilidade de lutar pelo fim de práticas adotadas por operadoras de planos de saúde que interferem na autonomia do profissional e, por consequência, impedem o acesso dos seus usuários a procedimentos necessários ao diagnóstico e tratamento;
- 3) Com esta ação, a SDE desrespeitou a Constituição e as leis que fundamentam a cidadania e as liberdades de organização e de expressão no Brasil, agindo como um instrumento digno dos piores regimes autoritários a serviço de interesses políticos ou privados;
- 4) O ato da SDE se revela ainda mais injusto ao tratar os médicos e empresários de forma desproporcional: de um lado, penaliza o movimento de profissionais da Medicina como um cartel, sujeitando-o a medidas adequadas às empresas; de outro, ignora a ação coordenada dos empresários, que acumulam lucros exorbitantes, e condena trabalhadores e pacientes a se sujeitar ao pouco oferecido sem direito a reação;
- 5) Este processo abre precedentes sombrios e soa um alerta para a sociedade: se hoje o alvo da SDE são os médicos, em breve a artilharia pode se voltar para advogados, arquitetos, engenheiros, jornalistas, professores, metalúrgicos ou qualquer outra categoria que OUSE lutar para que seus direitos e sua voz sejam ouvidos e respeitados.
- 6) Asseguramos à sociedade e aos médicos brasileiros: o CFM e os CRMs não se curvarão a essa decisão arbitrária e responderão à altura – pelos meios legais – à agressão gratuita sofrida, honrando, assim, seus compromissos e competências legais em prol da Medicina. Por outro lado, sua missão é mais ampla abarcando a defesa veemente dos interesses da sociedade, em especial dos pacientes e familiares.

Acreditamos que a ética prevalecerá, fazendo com que as autoridades competentes percebam os equívocos acumulados e revoguem essa decisão tomada em detrimento da saúde e da cidadania.

Congresso recrimina veto à greve dos médicos

Parlamentares representantes das Comissões de Seguridade Social e Defesa do Consumidor vão enviar, nesta quarta-feira, (11), ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, um documento pedindo a revisão da nota técnica apresentada pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) sobre a movimentação de médicos contra as operadoras de plano de saúde. As informações são do Estado de S. Paulo. A nota foi apresentada na última segunda-feira, (09), e proíbe que médicos paralise o atendimento a pacientes e planos para reivindicar reajustes nos honorários. Veta ainda a fixação de valores mínimos por consulta e a cobrança de taxas adicionais ao que os usuários já pagam às operadoras.

A nota técnica produzida pela SDE foi alvo de críticas, na audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, na tarde desta terça-feira, (10). Aloísio Tibiriçá, vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), classificou a nota técnica como uma excrescência jurídica. Segundo ele, é uma relação de trabalho e não cabe a uma entidade como a SDE regular isso e, principalmente, penalizar o lado mais fraco, que são os médicos.

Para Florisval Meinão, da Associação Médica Brasileira (AMB), a decisão da SDE é inconstitucional e será questionada na Justiça pelas entidades médicas. Para ele, a prática de cobrar valores “por fora” de clientes de plano de saúde, não faz parte das diretrizes do movimento.

E ressaltou que a entidade não está impondo a nenhum médico um valor mínimo a ser cobrado por consulta. E usou apenas a tabela da AMB como referência para negociar com as operadoras.

Segundo o presidente da Federação Nacional dos Médicos, Cid Carvalhaes, a cobrança “por fora” de honorários é uma prática isolada e não tem aval da federação. De acordo com o presidente, são casos isolados e têm de ser punidos. Mas isso não pode ser usado para denegrir toda uma classe profissional e um movimento por melhores condições de trabalho.”

De acordo com o deputado Eleuses Paiva (DEM-SP) a Câmara tem convicção de que o Ministério da Justiça “vai reparar o erro cometido pela secretaria”.

No entanto, o diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Justiça, Diogo Thompson de Andrade, afirmou que o



assunto já foi remetido para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, a quem caberá a definição.

O advogado Antonio Carlos Roselli, da Comissão de Direito da Saúde e Responsabilidade Médico-Hospitalar da OAB São Paulo, declarou que a decisão da SDE é “drástica” e poderá ser contestada judicialmente. Para Roselli, se as entidades de classe forem impedidas de representar os interesses dos médicos, perderão o sentido de existir.

Já a advogada Rosana Chiavassa, especializada em direito do consumidor, vê com bons olhos a nota técnica da SDE. Para ela, as entidades médicas estão instigando os médicos a fazer greve caso os valores da tabela da AMB não sejam aplicados, o que acabaria prejudicando os beneficiários dos planos. “Entre o direito do médico de fazer greve e o direito do paciente de ser atendido não há nem o que pensar: deve prevalecer o do paciente.”

Saúde Business Web, dia 11 de maio

MANIFESTO DO CRM-ES PUBLICADO NO SITE DO CONSELHO

LUTO PELA SAÚDE

A classe médica brasileira está de luto. Um luto pela saúde, pela falta de respeito à dignidade humana, ao direito de defender seus direitos. Um luto pelo que parece ser a volta de um passado, não muito distante, em que autoridades perseguiram e impediam manifestações públicas de grupos e de entidades que reivindicavam melhorias de um sistema, de um serviço, enfim, melhorias em suas condições de vida.

Hoje, o Conselho Federal de Medicina, juntamente com os seus regionais, vive o luto imposto pela decisão da Secretaria de Direito Econômico (SDE), publicada no Diário Oficial da União, no último dia 9, que impede os médicos – por meio de suas entidades representativas – de expressarem sua opinião e pleitos com relação aos planos de saúde.

No entanto, asseguramos à sociedade e aos médicos brasileiros que o Conselho Federal de Medicina (CFM) e os conselhos regionais (CRMs) não se curvarão a essa decisão arbitrária e responderão à altura – pelos meios legais – à agressão gratuita sofrida, honrando, assim, seus compromissos

e competências legais em prol da Medicina.

Acreditamos que a ética prevalecerá, fazendo com que as autoridades competentes percebam os equívocos acumulados e revoguem essa decisão tomada em detrimento da saúde e da cidadania.

Diante dessa lamentável decisão da SDE, o CFM e seus regionais manifestam, publicamente, repúdio à medida, haja vista que:

- ▶ O processo administrativo instaurado pela SDE representa uma afronta inequívoca ao direito dos médicos e de todos os brasileiros de lutarem por melhores condições de trabalho e assistência num Estado moderno e democrático, fazendo-nos regredir aos tempos da ditadura e da opressão.
- ▶ A decisão da SDE também privou os médicos da possibilidade de lutar pelo fim de práticas adotadas por operadoras de planos de saúde que interferem na autonomia do profissional e, por consequência, impedem o acesso dos seus usuários a procedimentos necessários ao diagnóstico e tratamento.

- ▶ Com esta ação, a SDE desrespeitou a Constituição e as leis que fundamentam a cidadania e as liberdades de organização e de expressão no Brasil.
- ▶ O ato da SDE se revela ainda mais injusto ao tratar os médicos e empresários de forma desproporcional: de um lado, penaliza o movimento de profissionais da Medicina como um cartel, sujeitando-o a medidas adequadas às empresas; de outro, ignora a ação coordenada dos empresários, que acumulam lucros exorbitantes, e condena trabalhadores e pacientes a se sujeitar ao pouco oferecido sem direito a reação.
- ▶ Este processo abre precedentes sombrios e soa um alerta para a sociedade: se hoje o alvo da SDE são os médicos, em breve a artilharia pode se voltar para advogados, arquitetos, engenheiros, jornalistas, professores, metalúrgicos ou qualquer outra categoria que OUSE lutar para que seus direitos e sua voz sejam ouvidos e respeitados.

CRM-ES

Obrigado por não fumar

Quem procura as montanhas do Espírito Santo para um merecido descanso vai em busca de um ambiente saudável, um clima ameno e um ar que ajude a purificar os pulmões e oxigenar o sangue, além de um convívio com pessoas educadas. Foi o que fiz no período de Carnaval, sendo acolhido com toda a atenção e presteza em um hotel em Pedra Azul, uma das mais belas regiões de montanha do País, a qual frequente há mais de 40 anos.

Entretanto, qual não foi minha surpresa ao observar que, durante os quatro dias em que ali estive, vários hóspedes, a maioria mulheres, transformaram a entrada principal do hotel em fumódromo, para desespero e indignação dos que estavam próximos.

Está comprovado cientificamente que o fumante passivo sofre muito mais a ação deletéria das substâncias tóxicas do cigarro sobre nosso sistema cardiorrespiratório do que o próprio usuário do cigarro. E mais: que o tabagismo é uma doença, pois evolui, ao longo dos anos, para um quadro de dependência química à semelhança de

todas as outras substâncias psicoativas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

Na Europa, as autoridades sanitárias, preocupadas com o aumento do índice de doenças pulmonares, em especial o câncer em fumantes passivos, está restringindo os espaços dos usuários do tabaco para além dos recintos fechados, estendendo esses limites às praias, aos parques e às feiras livres.

Minha sugestão, como médico e cidadão, é para que esses estabelecimentos afixem um cartaz na entrada principal com dizeres sugestivos como: “Entre sem Fumar”, “Ambiente Livre de Tabaco” ou “Obrigado por não Fumar”.

Para os mais fissurados que insistem em fazê-lo, em último caso, recomendem um lugar afastado, que não seja próximo à mata, pois o perigo de incêndio é iminente. Essa conduta de proteção à saúde coletiva servirá de exemplo para crianças e jovens e estimulará o tabagista a procurar orientação nos serviços de saúde.

Nossos pulmões e a natureza agradecem.

Vitor Buaiz

Médico e coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas sobre o Álcool e outras Drogas do Centro de Ciências da Saúde (Cepad) – Ufes

Emergências médicas

No dia 8 de julho representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina (CFM) e dos conselhos regionais das regiões Sul e Sudeste debaterão, em Vitória, as diretrizes do atendimento emergencial, bem como a otimização dos serviços e as melhorias necessárias. Nessa data, o CRM-ES sedia o Fórum Nacional de Emergências Médicas, a ser realizado no Centro de Convenções de Vitória. O consenso estabelecido em Vitória, junto com o que for definido pelo fórum a ser realizado em Fortaleza pelas regiões Norte e Nordeste, resultará em diretrizes para todo o País.

Fiscalização e regulamentação

Tentativas de limitar a atividade médica a alguma titulação ou especialidade, tanto no setor privado quanto no público, tem surgido em todo o Brasil. Diante desse fato, o Conselho Federal de Medicina esclarece que “a fiscalização e a regulamentação para o exercício da profissão de médico são funções dos conselhos de Medicina, que garantem o exercício legal para qualquer de seus procedimentos, após o registro do diploma no Ministério da Educação e nos conselhos regionais. Essa orientação consta do Parecer CFM n.º 14/11, com abrangência para todo o País.

Educação e Qualidade de Vida

O tema Educação e Qualidade de Vida foi debatido pelo presidente do CRM-ES, Aloizio Faria de Souza, no encontro promovido pela Rádio CBN em comemoração aos seus 15 anos no Estado.

Realizado no dia 13 de abril, das 14h às 17h, no Auditório da Rede Gazeta, o debate contou com a participação de representantes da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), do Centro Universitário Vila Velha (UVV), do Sistema Faesa e da Associação Ateliê de Ideias. Abriu o debate a comentarista da CBN, Viviane Mosé, com uma palestra que abordou a necessidade de maior interação da sociedade com a escola, incluindo desde a educação básica até o nível superior. A apresentação foi de Mário Bonella, com participação da comentarista local Adriana Müller. O objetivo foi levantar propostas para o futuro do Espírito Santo.

O presidente do CRM-ES, Aloizio Faria de Souza, levou para o debate as propostas de melhorias que as entidades médicas capixabas vêm debatendo há anos com o poder público em todos os níveis de governo. (Veja quadro nesta página).

As propostas apresentadas pelo CRM-ES, bem como pelas demais entidades convidadas para o debate, constarão de uma publicação a ser entregue, pela Rádio CBN, aos políticos eleitos no último pleito. Esse documento servirá de base para a equipe de jornalismo da rádio fiscalizar e cobrar das autoridades públicas as melhorias propostas pelos eleitores para o futuro do Espírito Santo.

No total, foram realizados oito debates, com os seguintes painéis: Indústria e Meio Ambiente, Grandes Projetos e Investimentos, Região Metropolitana, Governança e Ética, Educação e Qualidade de Vida, Infraestrutura, Comércio, e Mercado de Trabalho. Foram convidados para participar dos painéis os representantes das principais entidades políticas, sociais e econômicas do Estado. Como palestrantes, estiveram presentes: Sérgio Abranches, Carlos Alberto Sardenberg, Lúcia Hipólito, Merval Pereira, Viviane Mosé, Miriam Leitão, Luciano Salamanca e Max Gehringer.

Propostas do CRM-ES

- ▶ Ensino médico - Avaliação, pelo Ministério da Educação (MEC), com participação do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do CRM-ES, da qualidade do ensino médico nas escolas de Medicina instaladas no Espírito Santo. As instituições que não estiverem prestando serviços de qualidade deverão receber um prazo para adequação e, caso não se adaptem, deverão ser fechadas pelo MEC.
- ▶ Residência médica - Abertura de cursos de especialização nas diversas áreas da Medicina, as chamadas residências médicas. Faltam vagas em todo o País, principalmente no Espírito Santo, nos cursos de especialização.
- ▶ Pronto-Atendimento - Reforma, ampliação e estruturação dos pronto-atendimentos (PAs) de todo o Estado, com condições para o médico prestar atendimento digno à população.
- ▶ Atenção Básica - Estruturação, nos PAs do interior do Estado, com médicos suficientes nas especialidades básicas, bem como materiais adequados para o bom atendimento básico, ou seja, para a atenção primária à saúde da população. Dessa forma, a demanda pelos setores emergenciais dos hospitais será reduzida, com procura preferencial para casos de urgência e emergência.
- ▶ Rede Hospitalar – Ampliação do número de leitos nos hospitais da rede pública, principalmente nas unidades de Terapia Intensiva. Novos leitos para os hospitais da Grande Vitória e do interior do Estado, suprimindo o déficit existente.
- ▶ Urgência e Emergência – Ampliação dos prontos-socorros com novos leitos e mais equipes médicas para atender à demanda e evitar a superlotação.

- ▶ Honorários Médicos – Adequação, por parte do Governo, da Tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) para a realidade dos custos da medicina brasileira e implantação, por parte das empresas de medicina de grupo – incluídas aqui as cooperativas – da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM). A CBHPM é a referência, em âmbito nacional, dos valores dos procedimentos médicos.

Propostas Ateliê de Ideias

- ▶ Criação de uma política pública para a economia solidária no Espírito Santo, que enfatize a implantação de serviços permanentes e de qualidade de apoio técnico e financeiro para empreendimentos e iniciativas produtivas.
- ▶ Inclusão do estudo de economia solidária nos currículos escolares e difusão do conceito para toda a sociedade.
- ▶ Implantação de um fundo para o desenvolvimento e a expansão dos bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários, gerando trabalho e renda para o planejamento e a gestão participativa do desenvolvimento local.
- ▶ Estabelecimento de canais abertos para o diálogo entre governo e sociedade, estimulando a interação com os atores sociais e estratégicos e com as comunidades.
- ▶ Investimento na formação de jovens e estímulo à sua participação nos processos decisórios em âmbito local.

Propostas da Ufes

- ▶ Criação de um programa de bolsas de monitoria para atuação nas redes municipais, envolvendo alunos de graduação de diferentes áreas da licenciatura.
- ▶ Criação de um Comitê integrado pelas



instituições de ensino e pesquisa, com as secretarias de Educação, Saúde e Segurança Pública, visando à elaboração de ações estratégicas no tratamento da questão do combate às drogas.

- ▶ Criação de um grupo de gerenciamento ambiental com pesquisadores das instituições de ensino e pesquisa, Ministério Público e órgãos do Estado relacionados ao meio ambiente, voltado para três eixos: preservação da Mata Atlântica, ações preventivas no litoral relacionadas à exploração de petróleo e gás, e poluição atmosférica.
- ▶ Considerando a presença da Ufes no interior do Estado, com o Centro de Ciências Agrárias no município de Alegre, e do Centro Universitário Norte do Espírito Santo, em São Mateus, ações integradas visando à elaboração de políticas públicas nessas regiões em parceria com o Governo e a Associação dos Municípios Capixabas (Amunes).
- ▶ Estabelecimento de parceria entre a Ufes e o Governo do Estado visando desenvolver pesquisas específicas, a partir de uma agenda de demandas e prioridades para os próximos anos.

Propostas da UVV

- ▶ Tempo integral no ensino médio - Sabemos da dificuldade de conseguir isso pela necessidade de praticamente duplicar o número de profissionais formados e de salas disponíveis, mas isso só será feito se começarmos a fazer. Sugerimos iniciar no ensino médio, que tem número menor de alunos e que poucas mudanças sobre nas últimas décadas.
- ▶ Preservação ambiental e iniciação científica no ensino médio - O projeto de parceria entre escolas de nível médio, cursos de graduação e programas de

pós-graduação. Defende a necessidade de criação e concessão de bolsas de estudo na modalidade Júnior.

- ▶ Atividade física, lazer e cultura - A prática das atividades físicas, esportivas e de lazer é realizada com o intuito da promoção de saúde, qualidade de vida e da aquisição de conceitos e atitudes relativos à prática de exercícios físicos, nutrição adequada e outros hábitos saudáveis de vida.
- ▶ Dar atenção à cultura nos currículos escolares - A escola de tempo integral permitiria aumentar o alcance dessa educação para atingir também uma formação voltada para a qualidade de vida de cada indivíduo. Nessa linha, a leitura e as bibliotecas escolares teria que ter importância resgatada. Muitas ONGs já perceberam essa lacuna e oferecem atividades nessas áreas, inclusive como forma de retirar adolescentes das ações de risco em suas comunidades.
- ▶ Oferecer formação em economia doméstica - O ensino oferecido precisa se vincular mais às necessidades dos que aprendem. Muitas famílias ficam endividadas porque não têm conhecimentos práticos mínimos sobre créditos e juros.
- ▶ Melhoria da Segurança Pública por meio de: capacitação dos agentes que a exercem, integração de conhecimentos, informações e sua socialização e verificação da possibilidade de uso de experiências bem sucedidas realizadas em outros estados.
- ▶ Formação do profissional para saúde da família - pesquisas têm demonstrado que a implantação do Programa de Saúde da Família contribui para a redução de quadros de obesidade, diabetes, hipertensão, entre outros. Os médicos de família e comunidade possuem vín-

culo com os pacientes, conhecem seu contexto familiar e social e se tornam referência na escolha de tratamentos.

Propostas da Faesa

- ▶ A Secretaria de Educação precisa se posicionar como gestora de todo Sistema de Educação do Estado, apresentando-se como uma grande indutora, facilitadora e articuladora da oferta da educação infantil e do ensino fundamental, médio e superior.
- ▶ De posse dos resultados das avaliações, a Secretaria de Educação junto com os municípios e a rede particular, definirá as metas de qualidade a serem alcançadas em cada segmento de ensino em um determinado tempo.
- ▶ As escolas recebem individualmente os seus resultados e os diretores seriam convidados a conhecer as metas, deixando claro que a avaliação acontecerá todos os anos e que os resultados devem ser seguidos.
- ▶ De forma transparente e clara, a Sedu divulgará para a sociedade o resultado dessa avaliação, assim como as metas a serem alcançadas nas próximas avaliações, deixando claro que isso é um processo e que leva tempo e que o resultado, quando alcançado, trará grandes benefícios à sociedade como um todo.
- ▶ Na qualificação profissional, a Sedu, usando órgão do governo como o Instituto Jones dos Santos Neves e em parceria com o setor produtivo, centralizará todas as demandas de mão de obra para curto, médio e longo prazos.
- ▶ A partir dos dados coletados, a oferta do ensino técnico profissionalizante e superior será alinhada à demanda e assim teremos a possibilidade de envolvimento direto da Ufes, Ifes, faculdades particulares, rede particular e da própria Sedu.



Sobre duas rodas

Uma famosa frase sobre motocicletas Harley-Davidson diz: “If I have to explain, you wouldn’t understand”, ou seja, “Se eu tiver que explicar, você não vai entender”. É exatamente esse o encanto que os motociclistas que possuem uma Harley passam: a gente não entende muito bem o estilo deles, mas fica encantado!

Sair ao vento, em contato e interação com a natureza sem caminhar por trilhas na mata, sem escalar sinuosas montanhas, sem se aventurar desbravando caminhos a pé, enfim, fazer tudo isso sob duas rodas – duas confortáveis e potentes rodas, é sempre bom deixar claro –, mas motorizado. Isso gera controvérsia.

De acordo com Aderley De Angeli (cirurgião vascular e angiologista), “fazemos passeios interagindo com a natureza. Contemplamos a paisagem, sentimos o vento...” Alberto Colnago (cirurgião plástico) completa: “sentimos o cheiro da vegetação. Quando fazemos a Rota do Lagarto, por exemplo, em Pedra Azul, sentimos o aroma das flores, estamos em contato direto com a natureza. Este momento se torna especial...”

Para eles, esse hobby é, na realidade, um estilo. E vamos combinar, um estilo bem encantador, que dá para perceber vendo fotos e filmes dos passeios e das longas viagens nacionais e internacionais que eles fazem.

A bordo de uma Harley

Ganhar o mundo a bordo de uma Harley-Davidson alivia o estresse do dia a dia de seis médicos capixabas que, em suas horas vagas, se juntam para traçar roteiros e ganhar estrada.

Segundo Alberto Colnago, Aderley De Angeli e Lucas Vieira Madeira (neurocirurgião), toda quarta-feira eles e os demais colegas que têm Harley se reúnem em um café da cidade para conversar e traçar roteiros. Aos sábados, pela manhã, ganham as estradas do Estado, indo para a região de montanhas, para o litoral e também para cidades de norte a sul do Espírito Santo. Em opções mais ousadas, partem para aventuras internacionais.

Esses três motociclistas, mais outros três médicos também motociclistas (Frederico Torrezani, Marcos Roela e Sérgio Gobbi) e cinco amigos de outras profissões fizeram, em abril de 2010, parte da famosa Rota 66, na Califórnia, Estados Unidos

Segundo Colnago, Aderley e Lucas Madeira, o roteiro foi de Los Angeles a San Francisco, passando por Reno, Las Vegas, Laughlin (onde participaram de um grande encontro de motos Harley), até chegar novamente, pela Rota 66, a Los Angeles, onde devolveram as motocicletas.

Planejamento é fundamental

Colnago explica que uma viagem desse tipo requer um minucioso planejamento, incluindo o local para alugar as Harleys. Levar suas próprias motos é inviável. A aventura e o combate ao estresse diário tiveram início no planejamento da viagem, em setembro de 2009.

Roteiro pronto, motos reservadas, estadas e previsão do tempo confirmadas, só restou pegar o passaporte, o avião e iniciar, de fato, a aventura. Aderley conta que nessa viagem foram somente os homens, num total

de 11. Com as esposas, eles já fizeram inúmeras outras viagens, tanto nacionais quanto internacionais. Já foram, por exemplo, para o Chile, para a Flórida e outros locais no Brasil. Mas a Rota 66 foi uma exclusividade masculina.

Colnago ficou incumbido das reservas das 11 motos e dos hotéis. O grupo se encontrou em Los Angeles, de onde seguiu contemplando paisagens como a do Deserto de Mojave e a obrigatória parada no Bagdá Café, onde deixaram de lembrança uma camisa autografada por todo o grupo.

Esse bar-café, explica Colnago, é um dos mais famosos da Rota 66 e, por tradição, os visitantes deixam uma recordação. Estrategicamente, a camisa autografada foi afixada pelo dono do bar ao lado da bandeira do Brasil. Um fato histórico para essa turma.

Aposta no estilo próprio

A forma de espantar o estresse não está só no prazer de viajar de motocicleta, mas de fazer sua própria moto. É o que Lucas Madeira está aprontando. Há cerca de um ano ele começou a montar uma chopper da Harley 63, ou seja, comprou a mecânica da Harley 63 e o restante, como banco, rodas e guidão, etc ele está montando ao seu próprio gosto. Ao final, terá uma motocicleta com design exclusivo. Segundo Lucas, sua obra de arte está quase pronta.

Em resumo, para esse grupo de médicos e amigos, o estilo Harley-Davidson de ser proporciona momentos de prazer em família, com os amigos e também sozinho. Não há tempo ruim. Quando chove, por exemplo, eles se reúnem apenas para conversar.

Rota 66

Também conhecida como “Mother Road” (estrada-mãe), é a mais famosa estrada americana. Um dos ícones do motociclismo, sendo a estrada mais desejada para uma viagem sobre duas rodas. Percorrê-la é fugir dos tradicionais roteiros turísticos.

Foi aberta ao tráfego em 11 de novembro de 1926. Tem início em Chicago e vai até Los Angeles, cruzando os estados de Illinois, Missouri, Kansas, Oklahoma, Texas, New Mexico, Arizona e Califórnia, totalizando 3.945 km.



Parada obrigatória no Bagdá Café